

# Câmeras focam crimes, não ação da polícia, em países da Europa

Letalidade dos agentes é baixa no continente; na Ásia, política incentiva e atrapalha uso dos equipamentos

Ivan Finotti e Nelson de Sá

MADRI: E TAUPÉ já se vão quase 20 anos que a Europa começou a usar câmeras nos uniformes policiais. Lá, no entanto, o problema é a ser combatido nunca foi a letalidade policial, como é no Brasil. Se a polícia brasileira, segundo a Human Rights Watch, mata cerca de 6.200 pessoas ao ano desde 2018, locais como Dinamarca, Suíça e Holanda reportaram zero morte por fletalidade em 2023 — a Holanda, aliás, cujas autoridades não carregam armas, tem só uma morte registrada em sua história recente, em 2021. A França é o primeiro país do oeste ou centro europeu a não ter, com 15 a 20 mortes ao ano recentemente. Buscando prevenir crimes e desordem pública, países europeus iniciaram seus programas-piloto no começo do século. Os primeiros estudos avaliados desses testes demonstraram que o comportamento dos cidadãos melhorou e o medo deles diminuía, que a situação estava sendo gravada. Os países precisaram adequar suas legislações para que as filmagens fossem permitidas sem atentar contra direitos de privacidade. Na maioria dos locais, por exemplo, filmar dentro de residências

só é permitido quando há investigação em andamento. A maioria das gravações costumava ser exposta no fim do dia ou após 24 horas, a menos que continham alguma ofensa. Em 2005, após testes na Dinamarca, a primeira nação do mundo a adotar o uso foi o Reino Unido, inicialmente em dois condados. No ano seguinte, algumas unidades policiais, como as de violência doméstica, passaram a usá-las. Em 2007, estado sobre a ex-império britânica adota a ferramenta — tem o potencial de melhorar significativamente a qualidade das evidências oferecidas pelos policiais. O relatório concluiu ainda que as reclamações contra os policiais que usavam câmeras foram a zero. Em 2014, a polícia de Londres adotou as câmeras para todos os policiais em contato com o público. Alemanha, França, Suíça e Dinamarca também começaram programas em 2013. A França, que já tivera uma experiência sem sucesso em 2000, começou a utilizar as câmeras aos poucos, e já expandiu o uso para todo o território e unidades policiais do país. Já na Alemanha, a polícia forneceu três razões para o uso da ferramenta: 1) proteger a polícia contra os ataques de suspeitos; 2) a capacidade de reconstruir eventos e de usar



Policial alemão equipado com câmera corporal. André Iltis

## Exemplos de regras do uso das câmeras

### LONDRES

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial durante operação ou abordagem

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

### FRANÇA

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

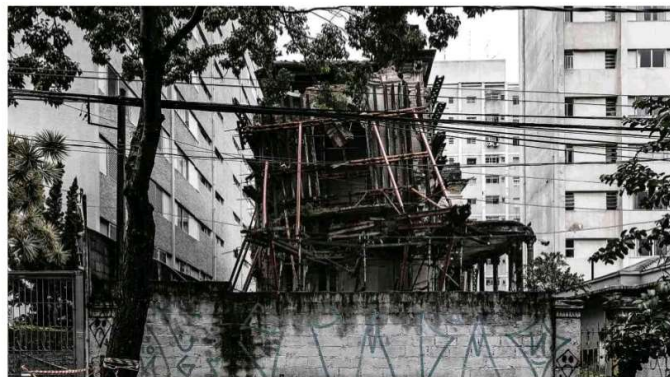
**Acionamento da câmera** Manual, pelo próprio policial

**Acesso de terceiros às imagens** Cidadãos podem pedir o acesso a suas próprias imagens; outros casos devem ser autorizados por um chefe de polícia

os registros como prova e 3) o fato de cidadãos estarem filmando policiais e publicando nas redes sociais, e a polícia quer apresentar suas próprias gravações em contraste a possíveis edições negativas de cenas postadas por civis. A primeira experiência italiana começou em 2015, para que policiais de Turim pudessem se defender ao realizarem repressão de protestos. Milão e Roma seguiram o exemplo. Na Finlândia, após um programa-piloto em 2015, todos os policiais em patrulha passaram a usar câmeras em 2018. Um ano depois, a Holanda nacionalizou a ferramenta. Pesquisa de 2022 mostrou que 86% dos policiais holandeses consideravam que as câmeras corporais agregaram muito valor ao seu trabalho, em vez de se sentirem mais seguros. Na Suécia, a polícia começou a usar câmeras em jogos de futebol e outros eventos com aglomeração em 2015. Policiais russos também usaram, desde 2016, as câmeras nos uniformes. Ali, uma das razões para a instalação foi o combate à corrupção policial. Na Ásia, a política incentiva e atrapalha uso.

As câmeras corporais em policiais vêm se espalhando pelo continente na última década, em meio a contextos políticos tanto contrários quanto favoráveis à sua adoção. No Japão, o homicídio do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe em julho de 2022, num evento de campanha eleitoral na rua, foi o ponto de partida para revisão nacional nos métodos policiais — cujos “pontos cegos” foram simbolizados pelo episódio, em que o assassinato passou despercebido. Entre as novas orientações estavam a atenção ao recrutamento online por gangues e a extensão das câmeras aos policiais de rua e de pequenos postos para uso ao interrogar transeuntes, por exemplo. Também na segurança de eventos públicos, como comícios ou maratonas. Com base no relatório, a polícia anunciou a primeira fase de adoção para este ano, voltada a policiamento local, agentes de trânsito e controle de trânsito, neste caso, com monitoramento remoto e em tempo real dos participantes. Começa pelas cidades maiores, projetando introdução posterior em todo o país.

Em Hong Kong, onde os testes começaram em 2021, as câmeras foram implantadas amplamente a partir de 2017, ao longo de quatro anos. Uma das justificativas eram episódios de violência em eventos públicos, com as câmeras servindo para, por exemplo, comprovar ataques a policiais. Mas a ampliação dos protestos políticos em 2020 resultou em questionamentos na direção contrária. Organizações acusaram policiais de romper suas próprias normas ao usar as câmeras em atos no final do ano, gravando indivíduos, não a multidão. Naquele mesmo ano, nas Filipinas, então sob investigação na Corte Criminal Internacional por excessos da polícia no combate ao narcotráfico, o governo Rodrigo Duterte adotou as primeiras câmeras corporais. Tanto no Japão quanto em Hong Kong um dos argumentos em defesa das câmeras é que constroem o comportamento violento dos abordados e dos policiais. Sua extensão para outras categorias de servidores já começou, caso de magistrados de trem no Japão e fiscais de ambulantes em Hong Kong. Em Singapura, a ampla adoção das câmeras começou em 2015 e se completou um ano depois, em todos os distritos, com normas como ter uma luz vermelha informando da gravação, desligar diante de vítimas de crimes sexuais e apagar após um mês, se não houver pedido de investigação. Em Taiwan, as câmeras foram adotadas pela polícia em dezembro de 2018, estabelecendo procedimentos sobre sua utilização. Na China, a polícia local chamada Chengguan, para gestão urbana, adotou câmeras corporais a partir de 2017, visando conter não só episódios de violência dos agentes, mas contra eles. A indústria chinesa do setor em modelos como as câmeras de 720 graus, que permitem visualização com menos risco de pontos cegos.



Palacete na rua Artur Prado, na Bela Vista (centro de SP), que corre risco de desabamento. Roberto Cavallari / Folhapress

## Palacete com risco de colapso em São Paulo deve ser demolido, aponta laudo da prefeitura

Francisco Lima Neto

**SÃO PAULO** Laudo da subprefeitura S6 determina que o palacete histórico na rua Artur Prado, 376, na Bela Vista, deve ser imediatamente demolido por risco de colapso, afirmou a Prefeitura de São Paulo na segunda-feira (23). A Folha mostrou que no dia 13 de janeiro a palacete desabou parcialmente levando feridos para prédio vizinho e pe-

destres. Agostão Ricardo Nunes (MDB) afirmou que enviou o laudo ao Departamento do Patrimônio Histórico do município, que avaliou o documento e concluiu que a demolição do imóvel. A subprefeitura S6 também iniciou o processo para contratação emergencial de empresa para a demolição do palacete, em razão do ainda não ter conseguido localizar

o proprietário. O palacete, que data de 1913, foi tombado pelo patrimônio histórico em 2002 e está abandonado, sem manutenção, há anos. O prédio recebeu, a partir de 2021, diversas estacas para ajudar na sustentação. Porém, a Defesa Civil realizou uma vistoria e constatou que ele corre risco de desmoronar e interditou o casarão. O prédio vizinho teve a área de circun-

lação e o corredor lateral interditados pelo risco de serem atingidos em caso de colapso. De acordo com o blog São Paulo Antiga, mantido por Douglas Nascimento, presidente do Instituto São Paulo Antiga e integrante do IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), o palacete foi construído para ser residência da família Ribeiro da Luz, até meados dos anos 1950, engenheiro Cristiano Ribeiro

## Novo blog da Folha visita lugares esquecidos de SP

**SÃO PAULO** A Folha estreou nesta terça (23) o blog Andanças na metrópole. O espaço é comandado pelo jornalista Vicente Vilardaga, 59, que escreve sobre urbanismo em São Paulo. A ideia é abordar alterações e nuances significativas dos espaços da cidade e mostrar locais que despertam a memória afetiva das pessoas. “Visito lugares esquecidos e distantes em busca de um melhor entendimento da metrópole. Circulo por todos os bairros e periferias atrás de pessoas, empreendimentos, projetos sociais, políticas públicas bem-sucedidas ou não, lugares históricos, misteriosos, nascentes de rios, casas de pessoas ilustres ou anônimas e qualquer referência urbana que desperte curiosidade”, afirma. “Com pesquisa dedicada, sensibilidade jornalística e espírito de repórter, todo dia me lanco em algum destino. Moro na zona sul e chego aos lugares sempre usando transporte público ou caminhando. Cada percurso é uma aprendizagem”. Vicente Vilardaga é autor de dois livros: “A Queimada” e “O Caso Pimenta Neves” e “A Clínica - A Farsa e os Crimes de Roger Abdelmassoud”. A partir de 2021 já mostrou que o imóvel apresentava risco de desabar e era mantido em pé sustentado por escoras. Na ocasião, uma administração do prédio disse que o IPTU era de R\$ 35 mil anuais e que o proprietário não tinha condições de pagar, nem de restaurar o imóvel.